

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL**

**CONSÓRCIO**

**GEOMETRAL – Técnicas de Medição e Informática, SA**  
**D.712 – Laboratório de Arquitectura, Lda**  
**GECIP – Gabinete de Engenharia Civil e Informática de Projecto, Lda**  
**Universidade de Évora**

**PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA  
DE VALE DO GAIO**

**Fase 3 – Projecto do Plano de Ordenamento**

**Programa de Execução/Plano de Financiamento**  
**(5ª Revisão)**

**Janeiro 2005**

## **PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE VALE DO GAIO** **PROGRAMA DE EXECUÇÃO / PLANO DE FINANCIAMENTO**

Conforme previsto na proposta do Consórcio, o programa de execução pretende compilar e fasear as acções que decorrem da estratégia, dos objectivos e das propostas do Plano de Ordenamento da Albufeira, bem como indicar as entidades responsáveis pela sua concretização. Pretende igualmente apontar o subsequente processo de monitorização, tendo este sido sempre referido como fundamental para uma correcta gestão e aferição da eficácia do Plano e da sua adaptabilidade à mudança de variáveis e pressupostos ao longo do seu período de vigência.

Ao plano de financiamento cabe por sua vez estimar os custos envolvidos e, dentro dos horizontes de operacionalidade aplicáveis, enquadrá-los nos instrumentos de investimento e financiamento mais adequados.

Os programas de financiamento a considerar, nomeadamente no âmbito do Ambiente, da Agricultura, do Turismo e da Cultura, revestem-se de um carácter generalista que enquadra naturalmente um princípio de flexibilidade na avaliação e selecção de projectos a financiar, não apontando portanto para uma segmentação precisa das iniciativas a apoiar.

Neste espírito, visando incrementar a clareza e consistência e, em simultâneo, preservar esse princípio de flexibilidade, entendeu a equipa condensar o programa de execução e o plano de financiamento num único documento. Com efeito estamos em crer que a compartimentação das propostas do POAVG, referenciando-as taxativamente aos instrumentos de apoio, poderá não só comprometer um desejável encadeamento e consequentemente a eficácia global, mas também diminuir a necessária margem de manobra no faseamento da sua implementação e articulação com as outras iniciativas inerentes aos normais Planos de Actividades do município.

Na apresentação das acções apontadas pelo POAVG, sublinhou-se a diferenciação entre aquelas que deverão ser promovidas pelo município ou pela administração pública (centradas em equipamentos e infra-estruturas) e as que partirão necessariamente da iniciativa privada, procurando deixar transparecer as inter-relações e inter-dependências existentes. Do conjunto das primeiras, algumas podem ser identificadas como medidas activas, de intervenção directa nas realidades da albufeira, visando a alteração e/ou melhoria das condições de um ou vários sectores ou componentes, sendo assinaladas as consideradas prioritárias. Outras serão medidas passivas, de incentivo ou sensibilização, cujos objectivos serão mais o dinamizar a iniciativa privada ou o sensibilizar a população ou os utentes para a sustentabilidade e para o interesse e benefícios de adoptarem posturas e comportamentos ambientalmente correctos.

Assim as acções propostas podem ser agrupadas de acordo com os seguintes objectivos e/ou principais intervenientes:

- 1 - Melhoria da qualidade e quantidade da água;
- 2 - Diminuição da carga piscícola e valorização da pesca desportiva;
- 3 - Redução dos fenómenos erosivos;

- 4 - Informação e sensibilização do público;
- 5 - Criação e/ou qualificação de percursos;
- 6 - Fomento de actividades de conservação e observação da natureza;
- 7 - Sinalização DA ZPA E no Plano de Água;
- 8 - Criação de “Núcleos para Recreio e Lazer”;
- 9 - Criação de “Núcleos para Recreio e Turismo”;
- 10 - Constituição de “Núcleos para Turismo Rural”;
- 11 - Valorização do Monte das Tumbas;
- 12 - Institucionalização do “Gestor da Albufeira”.

Nos pontos seguintes desenvolvem-se estas acções especificando-se, tanto quanto possível, a sua natureza, faseamento (sendo o período de vigência do plano no máximo 10 anos, identificam-se como de curto prazo as actuações a concretizar num período de 2 a 3 anos, e de médio prazo as que serão executadas entre os 3 e os 10 anos), inter-relações, custos e entidades responsáveis.

## 1 - MELHORIA DA QUALIDADE E QUANTIDADE DA ÁGUA NA ALBUFEIRA

Este objectivo passa por múltiplas actuações, que em parte transcendem o próprio âmbito do POAVG mas que, se não forem equacionadas, comprometem drasticamente a utilização da albufeira. Com efeito, a utilização da albufeira para actividades secundárias estará fortemente dependente da evolução destes dois factores, que condicionarão uma parte significativa das restantes acções propostas. Assim, julga-se necessário:

### 1.1. Medidas activas da Administração Central /Regional

- 1.1.1. Em articulação com o Plano da Bacia Hidrográfica do Sado, estudar o que se passa na bacia do rio Xarrama, a montante da albufeira do Vale do Gaio, por forma a permitir actuações que impeçam que este rio seja a “(...)principal fonte de entrada de materiais na albufeira, sob a forma particulada e dissolvida, nomeadamente fósforo e azoto” (Estudos de base, Anexo 13 – Qualidade da água).
- 1.1.2. Montar um sistema de monitorização que permita o estudo da evolução das características físicas, químicas e biológicas da massa de água e dos sedimentos de fundo, ou seja, recolha e análise periódica de amostras em épocas do ano e locais significativos para permitirem um diagnóstico rigoroso e respectivas medidas correctoras.
- 1.1.3. Exercer uma intensa actividade fiscalizadora sobre as fontes poluentes no interior da Zona de Protecção da Albufeira do Vale do Gaio, actuando rapidamente para fazer cessar qualquer contravenção ao disposto no número 2 do Artigo 7º do Regulamento. Esta medida terá uma aplicação directa com a institucionalização da figura “Gestor da Albufeira” que apresentamos no ponto 3.1 do Relatório.
- 1.1.4. Promover acções de formação e sensibilização dos agricultores que exercem a sua actividade na bacia directamente drenante para a albufeira do Vale do Gaio no sentido de os motivar para reduzirem ao mínimo as fontes de poluição difusa (reuniões, folhetos explicativos, divulgação de incentivos económicos). Deverá dar-se especial atenção às áreas que integrarão o perímetro de rega do sistema do Alqueva e

procurar complementá-las com programas de apoio à alteração de práticas agrícolas.

- 1.1.5. Colocação de vedações para cumprimento dos números 4 e 9 do Artigo 7º do Regulamento (impedir o acesso do gado à albufeira). Tais vedações serão colocadas nas parcelas com pastagem ou que tenham um uso silvo-pastoril).

## 1.2 Medidas activas da Administração Local

- 1.2.1. Em estreita colaboração com o IDRH e com a Associação de Regantes, analisar a viabilidade de uma intervenção por parte dessas entidades, no sentido da reparação das redes de distribuição e de rega, para minorar as perdas que se registam actualmente. Esta medida deverá ser articulada com o surgimento de outras iniciativas no âmbito de uma compatibilização de actividades, podendo ser enquadrada e negociada com os respectivos promotores como contrapartida a essas iniciativas. Neste cenário e no pressuposto de que se verifique um efeito dinamizador das estruturas sócio-económicas da região, caberá à CMAS um papel fundamental de mediador.

## 2 - DIMINUIÇÃO DA CARGA PISCÍCOLA E VALORIZAÇÃO DA PESCA DESPORTIVA

### 2.1 Medidas activas de divulgação/informação da Administração Regional e/ou Local / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

- 2.1.1. De acordo com as conclusões do ponto 3, Anexo 7 dos Estudos de Base, relativo à Ictiofauna, preconiza-se a progressiva remoção de carpas e de perca-sol através da não devolução à água dos exemplares pescados destas espécies, incluindo a promoção de concursos de pesca desportiva direccionados para estas espécies e em que não haja libertação de exemplares capturados. Estas práticas deverão ser associadas a uma divulgação dos seus benefícios junto de quem as concretizará (divulgação nas associações de pescadores, em painéis informativos junto aos pontos de acesso ao plano de água, etc.).

## 3 - REDUÇÃO DOS FENÓMENOS EROSIVOS

### 3.1 Medidas activas de divulgação/informação da Administração Central, Regional e/ou Local / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

- 3.1.1. No sentido de concretizar o disposto no número 5 do Artigo 7º do Regulamento, há que promover acções de formação e sensibilização dos agricultores que exercem a sua actividade na bacia directamente drenante para a albufeira do Vale do Gaio, no sentido de os motivar para reduzirem ao mínimo a erosão do solo (reuniões, folhetos explicativos, divulgação de incentivos económicos), em simultâneo com a acção referida em 1.1.4. Deverá dar-se especial atenção às áreas que integram a Reserva Ecológica Nacional assinaladas como tendo riscos de erosão (veja-se Estudos de Base, Figura 18). Também esta medida deverá ser complementada por programas de apoio à alteração de práticas agrícolas e/ou conversão de culturas.

#### 4 - INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO

##### 4.1 Medidas activas de divulgação/informação da Administração Regional e/ou Local / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

4.1.1.A informação do público potencialmente interessado numa utilização da albufeira do Vale do Gaio, bem como a sua sensibilização para a necessidade de preservar os valores nela presentes deverá passar pela elaboração e distribuição de folhetos, periodicamente actualizados, pela divulgação nos meios de comunicação regionais, sectoriais, associativos ou temáticos (rádios, jornais, revistas ou páginas na Internet) e elaborando uma página específica na Internet, adequadamente referenciada nos motores de busca nacionais e internacionais. Com o mesmo objectivo deverão ser concebidos painéis informativos para colocação junto a vias de grande circulação automóvel (nomeadamente A2 e IP1 junto a Alcácer do Sal, IP8 junto a Ferreira do Alentejo) ou já nas proximidades da albufeira, junto ao Torrão, no cruzamento para a barragem, nos acessos ao “Núcleo para Recreio e Turismo” e aos “Núcleos para Recreio e Lazer”, etc. Na envolvente da albufeira, tanto nos centros de informação geral previstos no “Núcleo para Recreio e Turismo” e no Torrão, como nas restantes áreas de utilização, devem ser projectados e instalados painéis com uma informação mais pormenorizada sobre as possibilidades recreativas oferecidas e calendário de acontecimentos programados, sobre regras a cumprir, etc.

Porque se trata de uma fase de implementação do Plano, é reforçada a necessidade de actualização periódica deste tipo de painéis. Este mesmo espírito deverá de resto orientar toda uma filosofia de apresentação incremental das iniciativas sazonais futuras, inerente a esta acção.

#### 5 - CRIAÇÃO E/OU QUALIFICAÇÃO DE PERCURSOS

##### 5.1 Medidas activas prioritárias da Administração Regional e/ou Local ou de Iniciativa Privada / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

Em estreita relação com quase todas as actuações que se seguem, mas apresentando muitas vantagens em as anteceder, a criação de novos percursos e/ou a melhoria de caminhos existentes constitui uma condição essencial para permitir usufruir o plano de água sem provocar degradação das suas envolventes.

Tal como se referiu no Relatório do POA e como consta tanto na Planta de Síntese como no Regulamento (números 12 a 16 do Artigo 19º), prevêem-se diversos tipos de percursos estabelecendo uma rede que permite um conjunto de experiências muito diferentes e que transcende necessariamente a área abrangida pelo POA (na estimativa de custos apresentada, distinguem-se os relativos aos percursos no interior da Zona de Protecção dos custos correspondentes às ligações fora daquela zona). Porque se trata de uma infra-estrutura básica para a concretização de todo o POAVG, justifica-se que a sua construção e manutenção seja assegurada

principalmente pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os custos de construção e de manutenção de alguns caminhos mais directamente relacionados com os equipamentos de recreio e turismo deverão ser assegurados pelos respectivos promotores. Em termos de calendarização, a concretização destes percursos implica:

- 5.1.1. Desenvolvimento do projecto geral da rede de percursos, incluindo a definição do seu traçado (negociação com proprietários dos terrenos atravessados), perfis transversais tipo (incluindo ou não vedações) e sinalização.
- 5.1.2. Construção faseada (em relação com o faseamento de outras acções previstas no POA, nomeadamente das infra-estruturas recreativas e turísticas).
- 5.1.3. Manutenção contínua. Na eventualidade de serem atribuídas concessões a entidades privadas, deverá ser avaliada a possibilidade de transmitir para as mesmas a responsabilidade de beneficiações e/ou manutenção.

## 6 - FOMENTO DE ACTIVIDADES DE CONSERVAÇÃO E OBSERVAÇÃO DA NATUREZA

### 6.1 Medidas activas da Administração Regional, Local e de Iniciativa Privada.

Para além da concretização dos percursos “pedonais” e de “observação da fauna e da flora” incluídos no ponto anterior, esta acção passa principalmente pela protecção e valorização ambiental de uma área localizada a sudeste da albufeira, envolvendo os seus braços mais encaixados, onde ocorrem sítios com maior interesse para a conservação e que, em simultâneo, correspondem a solos que apresentam severas a muito severas limitações a um uso produtivo directo, com fertilidade muito baixa e, também, com acessos bastante difíceis.

O interesse destes espaços justifica um estatuto especial, designado no POA como de “Protecção e Valorização Ambiental”, abarcando uma área terrestre e incluindo também alguns braços da albufeira. Num destes braços propõe-se a constituição de uma “pateira”, a que se agregará na encosta mais próxima uma construção simples para possibilitar a observação das aves. Um conjunto de trilhos e respectivos painéis explicativos permitirá percorrer e descobrir os processos naturais presentes nesta área.

Assim, a constituição desta área de conservação e observação da natureza passará pelas seguintes actuações:

- 6.1.1. Contactos entre Ministério da tutela, Câmara Municipal, associações de defesa do ambiente e proprietários envolvidos para avaliar do interesse e viabilidade desta iniciativa, bem como das modalidades possíveis para a sua concretização;
- 6.1.2. Em face do anterior, elaboração do projecto definitivo para a zona, bem como programa de financiamento e plano de gestão;
- 6.1.3. Construção da pateira, do observatório de aves, da recepção e centro de interpretação da natureza, dos trilhos e respectiva sinalização. Acções de recuperação e valorização de habitats. Sinalização com bóias da área do plano de água abrangida pelo estatuto de “Espaços de Protecção e Valorização Ambiental” (Artigo 13º e números 3 e 4 do Artigo 16º do Regulamento);

- 6.1.4. Exploração de visitas, manutenção dos espaços e estruturas. Também esta medida deverá constar das atribuições do “Gestor da Albufeira” ou da eventual iniciativa privada.

## 7 - SINALIZAÇÃO DA ZPA E NO PLANO DE ÁGUA

### 7.1 Medidas activas da Administração Regional, Local e de Iniciativa Privada / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

Para além das medidas referidas no ponto 4, deverá ser convenientemente articulada a sinalização dos espaços e equipamentos da ZPA, integrando os de iniciativa pública e privada como um todo de fácil orientação e apreensão por qualquer utilizador. A sinalização do plano de água com bóias envolverá as seguintes zonas assinaladas na Planta de Síntese, exigindo também uma acção continuada de manutenção. Destas acções algumas podem/devem ser imediatamente promovidas (caso da zona de protecção da barragem ou da pista de remo) enquanto que outras deverão ser postas em prática em articulação com outras iniciativas. Neste caso os seus promotores poderão vir a ser entidades privadas, ou fazerem parte de concessão a atribuir.

7.1.1. Zona de Protecção da Albufeira (terrestre);

7.1.2. Zonas de Navegação Interdita:

- a) Zona de Protecção da Barragem e dos Órgãos de Segurança e Utilização;
- b) Zonas de Recreio e Lazer;
- c) Espaços de Protecção e Valorização Ambiental (já referidas em 6.1.3.);

7.1.3. Zona para fundear e amarrar embarcações;

7.1.4. Pista de remo (iniciativa prioritária).

## 8 - CRIAÇÃO DE “NÚCLEOS PARA RECREIO E LAZER”

### 8.1 Medidas activas prioritárias da Administração Regional, Local / Medidas passivas de incentivo à iniciativa privada.

A concretização dos dois Núcleos para Recreio e Lazer previstos no POAVG, implica o seguinte conjunto de acções, que, como no ponto anterior, podem/devem ser parcialmente desencadeadas de imediato, aplicando-se-lhes o mesmo regime de possíveis concessões.

8.1.1. Projecto, tendo em consideração a rede de percursos referida no anterior ponto 5, os equipamentos referidos nos números 6 e 7 do Artigo 19º do Regulamento e os objectivos a atingir com estes espaços. Tal projecto incluirá um plano geral, projectos de edifícios, estimativa orçamental e plano de financiamento.

8.1.2. Diálogo com os proprietários dos terrenos e com eventuais promotores privados interessados, no sentido de mobilizar apoios e meios para desencadear os mecanismos de concretização da iniciativa.

8.1.3. Diálogo com associações potencialmente interessadas nas actividades previstas ou de possível implementação, no sentido de criar sinergias que viabilizem/acelerem a concretização da iniciativa.

8.1.4. Construção de estruturas e infra-estruturas.

8.1.5. Gestão/exploração em regime e período concordante com os objectivos da iniciativa.

## 9 - CRIAÇÃO DOS “NÚCLEOS PARA RECREIO E TURISMO”

### 9.1 Medidas passivas da Administração Regional, Local / activas da Iniciativa Privada

Tendo em atenção a natureza destes núcleos (veja-se números 3, 4, 5 e 7 do Artigo 19º do Regulamento), e as localizações apontadas na Planta de Síntese, a sua concretização passará pelas seguintes acções:

9.1.1. Divulgação da intenção junto dos proprietários dos terrenos e de eventuais promotores privados interessados, no sentido de mobilizar apoios e meios para desencadear os mecanismos de materialização destes núcleos. A primeira etapa será ponderar o enquadramento e os aspectos positivos e negativos de cada localização proposta face à sua viabilização, articulando-a, se possível, com outras iniciativas similares ou complementares de escala regional. Este processo encontrar-se-á muito dependente da iniciativa privada, uma vez que dificilmente se justificará uma liderança das entidades públicas na implementação dos equipamentos para aqui preconizados. Um faseamento dos diversos componentes poderá iniciar uma dinâmica progressiva, mas também poderá inviabilizar uma actuação global integrada, de maior qualidade e talvez mais aliciante para potenciais investidores. Neste contexto é de particular relevância a flexibilidade de que esta proposta se reveste, garantindo que, sem se escamotear a transparência e o interesse público, se possibilita a assimilação dos processos que permitam tornar viável este conjunto de equipamentos.

9.1.2. Elaboração do(s) Plano(s) de Pormenor para o(s) núcleo(s) (número 2 do Artigo 19º do Regulamento) e sua aprovação pelas entidades competentes;

9.1.3. Elaboração dos projectos para os equipamentos e infra-estruturas, posteriormente sujeitos a processo de licenciamento pelas entidades competentes (número 8, Artigo 19º do Regulamento);

9.1.4. Construção faseada das estruturas e infra-estruturas do(s) núcleo(s);

9.1.5. Gestão e manutenção do(s) núcleo(s) de recreio e turismo em regime e período concordante com os objectivos da iniciativa.

## 10 - CONSTITUIÇÃO DE “NÚCLEOS PARA TURISMO RURAL”

### 10.1 Medidas activas da Iniciativa Privada

Tendo em atenção a natureza destes núcleos (veja-se números 9, 10 e 11 do Artigo 19º do Regulamento), o interesse estratégico de que se revestem (ponto 3.3. do Relatório – pág. 26) e as localizações apontadas na Planta de Síntese (assentos de lavoura actuais), a sua concretização, inteiramente dependente da iniciativa privada, passará pelas seguintes acções:



- 10.1.1. Desenvolvimento dos projectos, posteriormente sujeitos a licenciamento pelas entidades competentes.
- 10.1.2. Construção das estruturas e infra-estruturas dos núcleos.
- 10.1.3. Exploração turística.

## 11 - VALORIZAÇÃO DO MONTE DAS TUMBAS

### 11.1 Medidas passivas da Administração Local

- 11.1.1. Este povoado fortificado do período calcolítico, necessita de uma intervenção urgente que passará necessariamente pela demolição da construção erguida sobre este sítio arqueológico, pondo termo ao processo de degradação em curso. Esta actuação deverá ser particularmente acautelado pois qualquer intervenção menos cuidadosa danificará irremediavelmente o monumento. Desejavelmente a sua valorização deveria também permitir visitas e fornecer informação sobre o interesse deste património. Uma vez que é propriedade do Estado, estando afecto ao IPPAR, deverá a CMAS iniciar um processo de diálogo que vise estabelecer um protocolo com essa entidade, no sentido de desbloquear o impasse que se verifica desde que o Estado adquiriu a propriedade.

## 12 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO “GESTOR DA ALBUFEIRA”

### 12.1 Medidas activas da Administração Regional e Local

- 12.1.1. Partindo do pressuposto que se concretizará a maioria das propostas contidas no POA, tal como se referiu na síntese estratégica deste Plano (ponto 3.1. do Relatório), julgamos justificar-se a existência de um “Gestor da Albufeira” dotado de meios para manter uma acção fiscalizadora eficaz, a par de actuações de gestão e informação. Neste sentido, deveria ser destacado para este efeito um técnico do Ministério da Tutela ou da CCDRA que, logo após a ratificação do POA, acompanhasse toda a sua implementação e futura gestão, responsabilizando-se total ou parcialmente por acções já referidas em pontos anteriores (nomeadamente as descritas em 1.1.1., 1.1.2., 1.1.3., 4., 5.1.3., 6.1.4., 7. e 8.1.3.).

No quadro seguinte resumem-se as acções propostas e as suas principais características.

## SÍNTESE DAS ACÇÕES PREVISTAS NO POAVG

ACÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL (a)	CALENDÁRIO (b)	ESTIMATIVA CUSTO (público, em euros)	FINANCIAMENTO
1.1.1.Levantamento e fiscalização fontes poluentes bacia do Xarrama	MAOT - CCDRA	1 - 10	(7)	Programas Ambiente
1.1.2.Monitorização qualidade água	MAOT - CCDRA	1 - 10	€25 000 x10 anos (1)	Programas Ambiente + OGE
1.1.3.Fiscalização fontes poluentes na zona de protecção	MAOT - CCDRA	1 - 10	(6)	OGE
1.1.4.Acções de formação e sensibilização de agricultores	MAOT - CCDRA MAPF – DRAGricA	1, 3 e contínuo (5)	-	Programas Agricultura + Ambiente
1.1.5.Colocação vedações – impedir acesso do gado ao plano de água	MAOT - CCDRA e Proprietários	1 - 2	€6 / metro linear	Programas Agricultura + Ambiente
1.2.1.Reparação das redes de distribuição e de rega	IDRH – Assoc. Regantes	1 - 10		Programas Agricultura
<b>1. Melhoria Qualidade e Quantidade de Água – Total</b>				
<b>2. Diminuição da carga piscícola e valorização da pesca desportiva</b>	DGRF Assoc. Pescadores	1 - 10	-	Programas Ambiente
<b>3.Redução dos fenómenos erosivos</b>	MAOT - CCDRA MAPF – DRAGricA	1, 3 e contínuo (5)	-	Programas Agricultura (8)
<b>4.Informação e sensibilização do público</b>	MAOT - CCDRA Iniciativa Privada	1 – 10 (9)	20 x €1 000	Programas Ambiente
5.1.1.Projecto geral da rede de percursos	MAOT - CCDRA CMAS	1 - 2	€15 000	Programas Ambiente
5.1.2.Execução da rede de percursos	CMAS Iniciativa Privada	1 – 5	(10)	Programas Agricultura + Programas Ambiente
5.1.3.Manutenção da rede de percursos	CMAS Iniciativa Privada	2 – 10	(11)	CMAS + Iniciativa Privada
<b>5.Criação e/ou qualificação de percursos – Total</b>				
6.1.1.Avaliação viabilidade da área de protecção e valorização ambiental	MAOT - CCDRA, ADA, CMAS, proprietários	1	-	-
6.1.2.Elaboração do projecto para a área protecção valorização ambiental	MAOT - CCDRA	1 - 2	€12 000	Programas Ambiente

6.1.3.Execução do projecto para a área protecção valorização ambiental	MAOT – CCDRA e CMAS	3 - 4	€235 000 (12)	Programas Ambiente
6.1.4.Gestão da APVA – visitas, manutenção de espaços e estruturas	Proprietários MAOT - CCDRA /CMAS	4 - 10	€12 000 (13)	Programas Ambiente
<b>6.Fomento de Actividades de Conservação e Observação Natureza – Total</b>			€259 000	
7.1.1.Sinalização integrada da ZPA (terrestre)	MAOT - CCDRA / CMAS e Iniciativa Privada	1 - 5	€100 000	Programas Ambiente / CMAS / Iniciativa Privada
7.1.2.a)Sinalização da zona de protecção barragem e órgãos de segurança e utilização	MAOT - CCDRA	1 - 2	€7 / metro linear	OGE
7.1.2.b)Sinalização das zonas de recreio e lazer	CMAS	3 - 4	€5 000	Programas Ambiente / CMAS / Iniciativa Privada
7.1.2.c)Sinalização espaços de protecção e valorização ambiental	MAOT - CCDRA (incluído em 6.1.3.)	3 - 4	€5 000	Programas Ambiente / CMAS
7.1.3.Sinalização zona para fundear e amarrar embarcações	CMAS / Promotor(es) do Núcleo para RT	1 - 2		Promotor(es)
7.1.4.Sinalização da pista de remo	CMAS / Promotor (Fed. Port. ou Clube de Remo)	Imediata, face à dinâmica existente		Promotor(es)
<b>7.Sinalização da ZPA e no Plano de Água - Total</b>				
8.1.1.Projecto dos Núcleos para Recreio e Lazer (RL)	CMAS	1	€75 000	Programas Ambiente / CMAS
8.1.2.Contactar Proprietários e Promotores	CMAS	2	-	(2)
8.1.3.Contactos com Associações	CMAS	2	-	(2)
8.1.4.Construção das estruturas e infra-estruturas dos núcleos RL	CMAS	3 - 4	2 x €750 000	Programas Ambiente / CMAS
8.1.5.Gestão e exploração dos núcleos RL	Concessionário	4 - 10		(3)
<b>8.Núcleos para Recreio e Lazer - Total</b>				
9.1.1.Encontrar promotor(es) para Núcleo(s) para Recreio e Turismo (RT)	CMAS	1	-	
9.1.2.Elaboração/aprovação de Plano(s) de Pormenor para núcleos RT	Promotor(es)/Entidades competentes	2 – 3	(14)	Programas Ambiente e Turismo
9.1.3.Elaboração/aprovação de projectos para equipamentos e infra-estruturas dos RT	Promotor(es)/Entidades competentes	3 – 4	(14)	Programas Ambiente e Turismo
9.1.4.Construção dos equipamentos e infra-estruturas dos núcleos RT	Promotor(es)	5 - 6	(14)	Programas Ambiente e Turismo

9.1.5.Gestão e manutenção dos núcleos RT	Promotor	7 - 10		
<b>9.Núcleo(s) para Recreio e Turismo - Total</b>				
10.1.1.Desenvolvimento de projectos dos núcleos para Turismo Rural	Iniciativa Privada	2 - 3	-	Programas Turismo
10.1.2.Construção de estruturas e infra-estruturas dos núcleos para Turismo Rural	Iniciativa Privada	3 - 4	-	Programas Turismo
10.1.3.Exploração turística dos núcleos para Turismo Rural	Iniciativa Privada	4 - 10	-	
<b>10.Núcleos para Turismo Rural - Total</b>				
<b>10.Valorização do Monte das Tumbas</b>	CMAS - IPPAR	1 – 2		Programas Cultura
<b>12.Institucionalização do “Gestor da Albufeira”</b>	MAOT - CCDRA - CMAS	1 - 10	€100 000 + 10 x €100 000 (4)	Programas Ambiente

## NOTAS:

(a) Siglas utilizadas:

ADA – Associações de Defesa do Ambiente  
 CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
 CMAS – Câmara Municipal de Alcácer do Sal  
 DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais (MAPF)  
 DRAGRIC - Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (MAPF)  
 IDRH – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (MAPF)  
 IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico (M Cultura)  
 MAPF – Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas  
 MAOT – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

(b) Indicação de anos após a ratificação do POAVG

- (1) Despesas de transportes e análises. A recolha de amostras está incluída em 12 (“Gestor da Albufeira”).
- (2) Pretende-se aqui desenvolver um actuação integrada que acumule sinergias, identifique a liderança da iniciativa e defina os processos a implementar para uma rápida concretização e para um modelo de exploração económica viável.
- (3) Inclui-se nesta exploração o barco que fará transportes na albufeira. Se tal não suceder (o barco poderia ser explorado por outra entidade como a ENATUR ou o(s) promotor(es) dos núcleos RT), terá que se criar uma acção à parte.
- (4) Para além do salário do funcionário, custos de manutenção das instalações, combustíveis, etc., há que contar com a aquisição e manutenção de uma viatura TT e uma embarcação a motor.
- (5) Uma reunião para sensibilização no 1º ano, repetida no 3º ano. Actuação contínua pelo “Gestor da Albufeira” através de contactos informais ao longo do tempo.
- (6) Custos incluídos em 12. (“Gestor da Albufeira”).
- (7) Inclui-se na actuação corrente da CCDRA.

- (8) Os custos realmente significativos serão os que decorrem de reconversões do uso actual do solo, custos estes em princípio cobertos a fundo perdido por incentivos comunitários mais participação portuguesa (medidas agro-ambientais).
- (9) Ao longo dos 10 anos de vigência do Plano devido à exigência de manutenção de painéis informativos e à sua actualização decorrente do desenvolvimento das realizações programadas (acessos, equipamentos, etc.).
- (10) Considerar aqui um custo médio por metro linear dos diferentes tipos de caminhos (incluindo vedações, sinalizações, etc.); separar “Acessos à albufeira”, “Percursos Todo-o-terreno” e “percursos Pedonais + percursos de observação da fauna e flora”. Há que distinguir os caminhos realmente públicos e os que estarão mais ligados às realizações a cargo de promotores particulares (os custos destes não serão aqui considerados).
- (11) Idem, custos médios de manutenção anual, multiplicados pelo número de anos (8).
- (12) Esta estimativa terá que incluir custos relativos à construção de: pateira e respectivas vedações; edifício do observatório de aves; edifício de recepção, centro de interpretação da natureza, armazém/oficina; trilhos e respectiva sinalização; pontes; recuperação e valorização de habitats; bóias de sinalização da área aquática.
- (13) Considerar aqui uma participação pública anual para acções de educação ambiental institucional (escolas locais).
- (14) Muito variável com número e tipo de Núcleos a concretizar.